

## ESTADO DA PARAÍBA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

#### Gabinete do Prefeito

Lei nº 601/2024, de 04 de junho de 2024.

Revoga a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam revogadas a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024.

Art. 2º Ficam restauradas as vigências: da Lei Municipal nº 435/2017, de 29 de setembro de 2017; da Lei Municipal nº 476/2019, de 21 de agosto de 2019; da Lei Municipal nº 482/2019, de 18 de outubro de 2019; e da Lei Municipal nº 488/2020, de 27 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mataraca (PB), 04 de junho de 2024.

Egberto Coutinho Madrug

Prefeito Constitucional

#### GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 601/2024, DE 04 DE JUNHO DE 2024

Lei nº 601/2024, de 04 de junho de 2024.

Revoga a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam revogadas a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024.

Art. 2º Ficam restauradas as vigências: da Lei Municipal nº 435/2017, de 29 de setembro de 2017; da Lei Municipal nº 476/2019, de 21 de agosto de 2019; da Lei Municipal nº 482/2019, de 18 de outubro de 2019; e da Lei Municipal nº 488/2020, de 27 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Mataraca (PB), 04 de junho de 2024.

Egberto Coutinho Madruga Prefeito Constitucional

> Publicado por: Cristiane Rodrigues de Lima Código Identificador:158DD8A8





## ESTADO DA PARAÍBA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei nº601/2024, de 17 de maio de 2024.

Revoga a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam revogadas a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024.

Art. 2º Ficam restauradas as vigências: da Lei Municipal nº 435/2017, de 29 de setembro de 2017; da Lei Municipal nº 476/2019, de 21 de agosto de 2019; da Lei Municipal nº 482/2019, de 18 de outubro de 2019; e da Lei Municipal nº 488/2020, de 27 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mataraca (PB), 17 de maio de 2024.

Egberto Coutinho Madruga

Prefeito Constitucional

Doll



# ESTLEOT FARAIRA

## ADADATAM DE ELEPTION DE MATTACACA

offered to be etamically

Projectic in a first to decimal of the first of the first

Mescoppe i hei Mannaipet nii 30 m2224, de 33 un soed de 2024 e 1.41 Municipat nii 5967,0074 ille 30 de lineit de 2024, e ha outras providêncim.

O PREFELIO CONSTITUCION LE DONGUNITATO DE MATALAS AL ESTABO DA FARATES que uso das embrinos que be são conferidas pela Lei Orgânica do Numero a far saber que a Citar a Municipal apres en e ele sum lem a septembria.

, v.t. 21. f. kiema sevenyudas la fuei Missocipiu off 594/2024, die 25 die doch de 2024 b. f.c. Konskielpyund Scotleff, die 30 G. abril - v. 2024

Art. 29 hipam testanndas as viseralas, da Lai Vinnicipai n.) 435/2017, da 29 de setembro de 2017; da Las Manicipat n. 47a/2019, de 11 de acosto de 2019; da Las Monicipat n. 47a/2019, de 11 de acosto de 2019; da Las Monicipat n. 482/2019; de 18 de ouerbro d. 2010 c. da frei Namicipat n. 488/2019; de 27 de jeosfic de en entre de 2019; de ouerbro de 2019; de 2019;

hat 17 festa bei entra en niger u et eta de acepalicação, nata, enla-se as disposições ansecitadales.

Mamaca (PB s "demondo . 24.

Februar Could be Madrage

transaction of the of

Mensagem ao Projeto de Lei nº601/2024, de 17 de maio de 2024.

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação e deliberação do Plenário o projeto de lei epigrafado, que dispõe sobre a necessidade de se revogar a Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024, que havia fixado novos valores aos subsídios de Operadores Hidráulicos, Analista de Desenvolvimento Social e Econômico, Agentes Administrativos, Agente Comunitário de Educação, Orientador Social, Assistente Social e Psicólogo - do quadro da administração do Município.

#### JUSTIFICATIVA:

Egrégia Câmara,

O presente projeto de lei tem por objetivo promover a revogação da Lei Municipal nº 594/2024, de 23 de abril de 2024 e Lei Municipal nº 596/2024, de 30 de abril de 2024. Tais leis dispõem sobre a fixação de novos valores remuneratórios a diversos servidores deste Município.

As citadas leis foram submetidas a este plenário, aprovadas e sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo. Todavia, importa destacar que não houve qualquer efeito financeiro vez que os novos valores remuneratórios não chegaram a ser implementados em folha de pagamento de salários.

Sobre a motivação do presente projeto de lei, explica-se: durante o ano eleitoral, deve-se observar, a partir de 180 dias antes das eleições, a proibição de recompor remunerações acima da inflação.

Não há consenso jurisprudencial, contudo, sobre o lapso temporal que deve ser utilizado para medir a inflação apontada. Para alguns Tribunais de Contas, o lapso temporal deve levar em consideração todo o período compreendido entre o último reajuste havido da categoria até a data da submissão do projeto de lei. Para outros Tribunais, deve-se observar o período compreendido no último ano antes da submissão do projeto de lei. Uma terceira via, ainda mais restrita, entende que o período compreendido deve ser somente entre 1º de janeiro do ano corrente até a data da apresentação do projeto de lei.

MOD

A STEEL STEE

Bout

Os projetos de lei anteriormente submetidos guardavam consonância com a primeira linha de pensamento acima exposta. Acerca da recomposição de remuneração de servidores, colacionam-se os seguintes expedientes de Tribunais de Contas pátrios:

> TCEMG: Consulta 747.843/2012: "O período inflacionário a ser considerado na concessão da revisão pode abranger exercícios passados na hipótese de o ente federado não observar a periodicidade anual mínima prevista para o instituto. Nesse caso, a revisão deve ser concedida com base no período de inflação equivalente ao intervalo de tempo em que os agentes públicos permaneceram sem a atualização da sua remuneração.

> TCESC: prejulgado nº 1.686: 1. A revisão geral anual é a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida dentro de um período de 12 (doze) meses, com a aplicação do mesmo índice a todos os que recebem remuneração ou subsídio, implementada sempre no mesmo mês, conforme as seguintes características: a) a revisão corresponde à recuperação das perdas inflacionárias a que estão sujeitos os valores, em decorrência da diminuição, verificada em determinado período, do poder aquisitivo da moeda, incidente sobre determinada economia; b) o caráter geral da revisão determina a sua concessão a todos os servidores e agentes políticos de cada ente estatal, abrangendo todos os Poderes, órgãos e instituições públicas; c) o caráter anual da revisão delimita um período mínimo de concessão, que é de 12 (doze) meses, podendo, em caso de tardamento, ser superior a este para incidir sobre o período aquisitivo;

Todavia, por não ser este um posicionamento unânime adotado pelos Tribunais de Contas de todo o país, deve-se adotar zelo e cautela com a coisa pública, razão pela qual antes da aprovação de eventual reajuste de remuneração, é recomendável que uma consulta seja submetida ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Neste ponto, importa destacar que igual zelo, de evitar a concessão de reajuste, foi observado por esta mesma Câmara Municipal, que aprovou o Projeto de Lei 592/2024, destinado a promover o aumento das remunerações dos servidores da Câmara Municipal de Mataraca, mas expediu oficio ao Prefeito Municipal solicitando que este fosse cancelado, sob os mesmos argumentos aqui esposados.

Enunciadas, desta maneira, as razões que justificam a iniciativa deste projeto de lei, que ora submeto ao exame desta Câmara Municipal, ao tempo em que renovo, a V. Exa., Presidente e demais e nobres vereadores, votos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente.

Egberto Coutinho Madruga

**Prefeito Constitucional** 

Josivon vidal de Negratinos Lendo Lia de Megratinos Antania Parina as una

This is present to the same of revents graph among to a recomposition of partial day related to the second control of the present of the second findice in related and the relation of the second related and the second control of the second con

Todavia, por não sa esta um posicionamente unanime ndotado petos. Inibunais de Contas de todo o país, deve-se adotar velo e cautela com e cris arbica, cazas pela qual mates da aprovação de eventual requise de remumentado e recomendavel qual todas do leta do da "graba.

Neste pour l'importa des sum que ignal zelo, de evitor a concessão de airaste; foi observada por esta mesma Camara Municipal, que aprovou o Projet de Lei Sal 2024, destinado a promover o aumento das remanerações dos servidores da Comara Alambigal de Marar y al mas expedir afficir de Erabido Municipal a Beitanda que este dasse concelado, sob os mesmos argumentos aque esposados.

Enumeindas, desta maneur, as rozões que institicam a finciativa deste projeto de lei, que ou submeto no exante desta Camara Municipal, ao tempo em que ranos o los los los los les destados estimos en como consideração. Presidente o demais e nomes seus dorês, votas de elevada estimo e distinta consideração.

attend thin't

Exterio Continuo Nedraga

Profeite Constitucional